



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Jovaldo Nunes Gomes

132437
kg.l

Corte Especial

Agravo Regimental na Ação Civil Pública nº 0002255-92.2014.8.17.0000
(0329209-1)

Agravante: Sindicato dos Servidores Públicos Municipais das Prefeituras,
Câmaras, Autarquias e Fundações de Caruaru e Região Agreste - SISMUC

Agravado: Município de Caruaru/PE

Relator: Des. Jovaldo Nunes Gomes


EMENTA. AGRAVO REGIMENTAL CONTRA DECISÃO INTERLOCUTÓRIA PROFERIDA EM AÇÃO CIVIL PÚBLICA. GREVE DE PROFESSORES DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL. PRESENÇA DOS REQUISITOS AUTORIZADORES À CONCESSÃO DA LIMINAR. SUSPENSÃO DA GREVE. EDUCAÇÃO. SERVIÇO PÚBLICO ESSENCIAL. RETORNO DOS DOCENTES ÀS ATIVIDADES LABORAIS. DECISÃO RECORRIDA RESPALDADA NA JURISPRUDÊNCIA PÁTRIA DOMINANTE. REGIMENTAL AO QUAL SE NEGA PROVIMENTO.

1. A deflagração de greve pelos professores da rede pública municipal causa danos e prejuízos irreparáveis à coletividade, inclusive com a possibilidade de os estudantes perderem o ano letivo. Some-se a tudo isso o fato de a educação ser considerada um serviço público essencial, na medida em que ela proporciona aos seres humanos o desenvolvimento moral e intelectual. 2. Regimental ao qual se nega provimento.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a **CORTE ESPECIAL** do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, **POR UNANIMIDADE DE VOTOS**, em **NEGAR PROVIMENTO** ao recurso interposto, na conformidade do incluso voto, que passa a integrar este julgado.

Recife, 12 de Maio de 2014.


Des. Jovaldo Nunes Gomes
Relator



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Jovaldo Nunes Gomes

1835
A.J.L.

Corte Especial

Agravo Regimental na Ação Civil Pública nº 0002255-92.2014.8.17.0000
(0329209-1)

Agravante: Sindicato dos Servidores Públicos Municipais das Prefeituras,
Câmaras, Autarquias e Fundações de Caruaru e Região Agreste - SISMUC

Agravado: Município de Caruaru/PE

Relator: Des. Jovaldo Nunes Gomes

RELATÓRIO

Decisão agravada às fls., 66/67.

Trata-se de agravo regimental com pedido de reconsideração e efeito suspensivo (fls., 90/112) interposto pelo **Sindicato dos Servidores Públicos Municipais das Prefeituras, Câmaras, Autarquias e Fundações de Caruaru e Região Agreste – SISMUC** contra decisão interlocutória (fls., 66/67) que, nos autos da Ação Civil Pública ajuizada pelo Município de Caruaru, deferiu a antecipação dos efeitos da tutela para o fim de suspender a greve dos professores municipais determinando o imediato retorno dos grevistas às atividades laborais.

Foi fixada multa diária de R\$ 1.000,00 (hum mil reais), limitada a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), em caso de descumprimento da decisão.

Alegou o agravante, em resumo, que a greve não é ilegal nem abusiva, na medida em que, amparado pela Constituição Federal e pelo direito de greve, deflagrou a paralisação porquanto a administração municipal não tem cumprido com seus deveres e obrigações, principalmente no que tange à melhoria das condições de trabalho para os seus associados e de ensino aos estudantes, além de não efetuar o reajuste anual da remuneração dos docentes.

Aduziu, também, que não se encontravam presentes os requisitos autorizadores à concessão da liminar. Juntou documentos (fls., 114/790).

Pugnou pela reconsideração da decisão atacada ou, alternativamente, pela apreciação colegiada deste recurso a fim de revogar a liminar, reconhecendo a legalidade do movimento grevista, extinguindo-se a multa diária imposta.

É o relatório.

Recife, 12 de Maio de 2014.


Des. Jovaldo Nunes Gomes
Relator



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Jovaldo Nunes Gomes

1834
A.S.L.

Corte Especial

Agravo Regimental na Ação Civil Pública nº 0002255-92.2014.8.17.0000 (0329209-1)

Agravante: Sindicato dos Servidores Públicos Municipais das Prefeituras, Câmaras, Autarquias e Fundações de Caruaru e Região Agreste - SISMUC

Agravado: Município de Caruaru/PE

Relator: Des. Jovaldo Nunes Gomes

VOTO

Não convencido de mudança no entendimento anteriormente esposado, o que implicaria a retratação, submeto à apreciação desta Corte a insurgência recursal.

A decisão agravada, na parte que interessa ao julgamento do presente recurso, encontra-se vazada nos seguintes termos (fls., 66v/67).

"No caso em tela, entendo estarem presentes os requisitos que autorizam a concessão da antecipação da tutela pretendida. Explico:

No que tange à prova inequívoca e à verossimilhança das alegações (*fumus boni iuris*), a farta documentação acostada aos autos (fls., 34/59) pelo município autor é suficientemente capaz de demonstrar a existência do movimento grevista deflagrado pelo sindicato réu, tendo como início da paralisação das atividades docentes o dia 24 de fevereiro de 2014, com a duração de 30 (trinta) dias.

Ademais, resta incontroverso o fato de que, em que pese tenham sido abertas mesas de negociações (assembleias gerais extraordinárias) com o executivo municipal a fim de analisar e discutir os pleitos da categoria, o sindicato réu mesmo assim manteve e postergou a greve dos profissionais do ensino público municipal.

Há notícias nos autos, conforme declarado na inicial e no relatório, que o Município vem cumprindo com suas obrigações com os servidores da educação, principalmente no tocante ao piso salarial e às condições de trabalho.

Caracterizada está, assim, a fumaça do bom direito.

Já no que diz respeito ao perigo de dano irreparável ou de difícil reparação (*periculum in mora*), verifico que ele também existe, na medida em que a suspensão das aulas pode trazer consequências danosas e irreversíveis ao alunado municipal, porquanto milhares de crianças e adolescentes ficarão privadas do acesso ao saber e à educação (direito este que é inclusive protegido pela Constituição Federal – Art. 205 da Carta Magna), o que poderá causar-lhes também uma situação de risco, face a ociosidade.

Outrossim, o alunado público municipal ficará cerceado do direito ao necessário aprendizado, o que, sem dúvida alguma, causará a



1838
RJR

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Jovaldo Nunes Gomes

deficiência na formação intelectual de milhares de jovens. Ademais, some-se a tudo isso os prováveis altos índices de reprovação ao final do ano letivo, o que certamente atrasará a formação acadêmica de muitas crianças e adolescentes, com o comprometimento do ano letivo.

Com efeito, em situações similares a dos presentes autos, a jurisprudência pátria é uníssona no que tange à concessão da antecipação da tutela. Vejamos:

"EMENTA : CONSTITUCIONAL. AÇÃO CÍVEL ORIGINÁRIA. GREVE DOS PROFESSORES DA REDE PÚBLICA ESTADUAL. PEDIDO LIMINAR, FORMULADO PELO ESTADO, A FIM DE SUSPENDER O MOVIMENTO PAREDISTA. [...] EDUCAÇÃO. SERVIÇO PÚBLICO ESSENCIAL. [...] RISCO DE PERDA DO ANO LETIVO DEMONSTRADO, DENTRE OUTROS MEIOS, PELO NOTICIÁRIO LOCAL. VIOLAÇÃO AO DIREITO CONSTITUCIONAL DE ACESSO À EDUCAÇÃO. PRESENÇA DA VEROSSIMILHANÇA DA ALEGAÇÃO E DO PERIGO NA DEMORA. DEFERIMENTO DO PEDIDO DE ANTECIPAÇÃO DOS EFEITOS DA TUTELA QUE SE IMPÕE.

[...] 3. Diferentemente do movimento paredista no setor privado, a greve estatutária traz, em si, uma pesada carga de prejuízos a população como um todo. 4. A greve dos servidores da educação, [...] está causando à coletividade graves danos, inclusive com risco de perda do ano letivo, conforme já vêm sendo noticiado por diversos periódicos locais. 5. O acesso ao ensino público é direito subjetivo da sociedade, podendo qualquer cidadão exigí-lo, inclusive judicialmente, nos termos do art. 205 da Constituição Federal. 6. A educação de qualidade é que proporciona desenvolvimento aos seres humanos em diversos aspectos, como, por exemplo, o intelectual e o moral. [...] 8. O mesmo entendimento, no sentido de incluir a educação no rol de serviços públicos essenciais, é adotado por outros Tribunais de Justiça. 9. Estando presentes ambos os requisitos necessários à concessão da tutela antecipada, quais sejam, a verossimilhança da alegação e o perigo na demora, impõe-se a concessão da medida liminar. (TJRN, Ação Cível Originária nº 011.008049-7, Relator: Desembargador Virgílio Macêdo Jr., Tribunal Pleno, julgamento: 13.07.2011)." (grifei e sublinhei)

No mesmo sentido, (TJMS, Agravo Regimental em Feito não Especificado - N. 2012.011337-3/0001.00 - Capital, Relator (a): Desª. Tânia Garcia de Freitas Borges, Órgão Especial, julgamento: 27.06.2012).

Assim, feitas tais considerações, presentes os requisitos previstos no artigo 273 do CPC, **defiro o pedido de antecipação da tutela pretendida, com o fim de determinar a suspensão do movimento paredista e o imediato retorno dos grevistas às suas atividades laborais**, a partir da ciência desta decisão por parte do sindicato réu que ora os representa, sob pena de multa diária de R\$ 1.000,00 (hum mil reais), limitada a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais)".

Analizando os argumentos apresentados pelo agravante, verifico não serem eles suficientemente capazes de revogar a liminar concedida, pois, como dito, encontram-se presentes, *in casu*, os requisitos autorizadores à antecipação da tutela jurisdicional pretendida pelo agravado, razão pela qual



1839
A.J.R.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Jovaldo Nunes Gomes

persisto no entendimento de que não restaram demonstrados nos autos motivos capazes de modificar a decisão impugnada.

Eventual decisão em sentido contrário causaria um prejuízo enorme e irreparável aos estudantes, na medida em que "[...] o **alunado público municipal ficará cerceado do direito ao necessário aprendizado, o que, sem dúvida alguma, causará a deficiência na formação intelectual de milhares de jovens. Ademais, some-se a tudo isso os prováveis altos índices de reprovação ao final do ano letivo, o que certamente atrasará a formação acadêmica de muitas crianças e adolescentes, com o comprometimento do ano letivo [...]**". (fl., 66v da decisão agravada).

Como bem ressaltado na decisão agravada, a deflagração de greve pelos professores da rede pública municipal causa danos e prejuízos irreparáveis à coletividade, inclusive com a possibilidade de os estudantes perderem o ano letivo. Some-se a tudo isso o fato de a educação (ensino) ser considerada um serviço público essencial, na medida em que ela proporciona aos seres humanos o desenvolvimento moral e intelectual.

Em casos similares ao dos presentes autos, esta Corte Especial já se posicionou no sentido de que o direito de greve dos servidores públicos não é absoluto, vez que há atividades que são essenciais à população – a educação é uma delas – e indispensáveis à manutenção da ordem pública, razão pela qual a paralisação dos seus serviços pode causar graves danos e prejuízos irreparáveis à coletividade. Nesse sentido, vejamos o seguinte precedente.

"EMENTA: AÇÃO ORDINÁRIA DE OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C PEDIDO DE DECLARAÇÃO INCIDENTAL DE ILEGALIDADE E ABUSIVIDADE DE MOVIMENTO GREVISTA E PEDIDO DE ANTECIPAÇÃO DOS EFEITOS DA TUTELA - SERVIDOR PÚBLICO - POLICIAIS CIVIS - DECRETAÇÃO DE GREVE - ILEGALIDADE - CONCESSÃO DE MEDIDA LIMINAR, COM VISTAS A DECRETAR A ILEGALIDADE DO MOVIMENTO PAREDISTA E O IMEDIATO RETORNO AO TRABALHO, SOB PENA DE MULTA DIÁRIA DE R\$ 20.000,00 (VINTE MIL REAIS), NA HIPÓTESE DE DESCUMPRIMENTO DA ORDEM JUDICIAL. [...]

2) [...] MALGRADO A PREVISÃO CONSTITUCIONAL QUE ASSEGURA O DIREITO DE GREVE AOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS, ESSE DIREITO NÃO É ABSOLUTO, VEZ QUE HÁ ATIVIDADES QUE SÃO ESSENCIAIS E INDISPENSÁVEIS À MANUTENÇÃO DA ORDEM PÚBLICA" [...] (AÇÃO ORDINÁRIA DE OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C PEDIDO DE DECLARAÇÃO INCIDENTAL DE ILEGALIDADE E ABUSIVIDADE DE MOVIMENTO GREVISTA nº 279551-3, Corte Especial, Rel: Des. Sílvio de Arruda Beltrão, julgamento: 08/10/2012, publicação: 24/10/2012) (destaquei)

O Supremo Tribunal Federal comunga do mesmo entendimento ora esposado, senão vejamos:



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Jovaldo Nunes Gomes

18210
K.Jh

"EMENTA: RECLAMAÇÃO. SERVIDOR PÚBLICO. POLICIAIS CIVIS. DISSÍDIO COLETIVO DE GREVE. SERVIÇOS OU ATIVIDADES PÚBLICAS ESSENCIAIS. [...] DIREITO DE GREVE. ARTIGO 37, INCISO VII, DA CONSTITUIÇÃO DO BRASIL. LEI N. 7.783/89. INAPLICABILIDADE AOS SERVIDORES PÚBLICOS. DIREITO NÃO ABSOLUTO. RELATIVIZAÇÃO DO DIREITO DE GREVE EM RAZÃO DA ÍNDOLE DE DETERMINADAS ATIVIDADES PÚBLICAS. [...] Os servidores públicos são, seguramente, titulares do direito de greve. Essa é a regra. Ocorre, contudo, que entre os serviços públicos há alguns que a coesão social impõe sejam prestados plenamente, em sua totalidade. Atividades das quais dependam a manutenção da ordem pública e a segurança pública, a administração da Justiça --- onde as carreiras de Estado, cujos membros exercem atividades indelegáveis, inclusive as de exação tributária --- e a saúde pública não estão inseridos no elenco dos servidores alcançados por esse direito". [...] (Rcl 6568, Relator(a): Min. EROS GRAU, Tribunal Pleno, julgado em 21/05/2009, DJe-181 DIVULG 24-09-2009 PUBLIC 25-09-2009 EMENT VOL-02375-02 PP-00736) (destaquei)

O *decisum* hostilizado, portanto, encontra-se em perfeita consonância com o ordenamento jurídico e merece ser mantido por seus próprios fundamentos.

Ante o exposto, voto no sentido de negar provimento ao recurso, mantendo integralmente a decisão recorrida, por seus próprios e jurídicos fundamentos.

É como voto.


Des. Jovaldo Nunes Gomes
Relator